



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA  
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ- ESTADO DE  
SANTA CATARINA**

**LEOPOLDO ALVES CAMPOS**, brasileiro, casado, motorista, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.114.643, inscrito no CPF nº 253.637.199-91, residente e domiciliado na Rua Hermes Atílio Mariani, n. 514, Bairro Cidade Nova, Itajaí-SC, vem, assistido juridicamente pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, na pessoa do Defensor Público que esta subscreve, dispensada a apresentação de instrumento de mandato, por força do disposto no art. 128, inc. XI, da LC 80/94 e artigo 46, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 575/2012, respeitosamente à presença de V. Exª., propor:

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PARA O FORNECIMENTO DE  
MEDICAMENTO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**

Em face do **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Alberto Werner, nº 100, CEP: 88304-053, e do **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Osmar Cunha, n. 220 - Edifício JJ Cupertino Medeiros – Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88015-100, a serem citados nas pessoas de seus representantes legais, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



## **1. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

O autor tem 59 (cinquenta e nove) anos de idade e recebe aposentadoria no valor de R\$ 1.653,00 (mil, seiscentos e cinquenta e três reais), conforme consta do comprovante anexo a esta inicial. Integra o núcleo familiar do autor a sua esposa, que não exerce atividade remunerada. Por meio desse exíguo rendimento o autor e sua esposa se sustentam.

Além disso, em virtude de doença que o acomete, precisa utilizar medicamento de alto custo, conforme será esclarecido nas linhas que seguem.

Nesta senda, o requerente, conforme se verificará com meridiana clareza da narrativa fática *infra* e da declaração de pobreza anexa, faz jus a concessão dos benefícios da justiça gratuita, à luz da Lei 1060/50, vez que sua situação econômica não lhe permite arcar com as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

Assim, considerando que o requerente já possui gastos ordinários com alimentação e outras necessidades básicas para a sua sobrevivência, justifica-se, do ponto de vista financeiro e legal, o deferimento da gratuidade da justiça em prol da parte autora.

## **2. DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS**

O autor, com 59 (cinquenta e nove) anos de idade, encontra-se acometido de Neoplasia Maligna de Cólon (CID 10 C 18), conforme consta no relatório médico e no atestado médico, ambos anexos a esta exordial.



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

A neoplasia maligna de cólon abrange tumores que atingem um segmento do intestino grosso (o cólon) e o reto, sendo um dos tipos de câncer com maior incidência.

O tratamento da referida enfermidade se dá através da realização de procedimento cirúrgico e, dependendo do estágio do tumor e da existência ou inexistência de metástase, pode requerer também a realização de quimioterapia, radioterapia e/ou o uso de medicamentos.

No presente caso, o autor realizou procedimento cirúrgico para a retirada do tumor há cerca de 1 (um) ano, no entanto, em razão da existência de metástase, faz-se necessário o uso de medicamento para se evitar a progressão da doença e a realização de nova cirurgia.

Pois bem. De acordo com o relatório médico que acompanha a exordial, o paciente possui indicação de tratamento paliativo com o medicamento bevacizumabe (Avastin), 5 mg/kg, a cada 14 dias, por tempo indeterminado. Então, considerando-se que o requerente pesa 69 quilogramas, faz-se necessário 345 mg do medicamento em questão em cada aplicação.

Ademais, registra-se que o autor, o que se extrai das respostas às indagações de número 5 e 5.1 do questionário médico acostado, já fez uso de medicamento disponível pelo SUS, o qual não teve eficácia.

Sucedo que o medicamento bevacizumabe (Avastin), de forma consentânea com o que consta no menor orçamento apresentado (orçamentos anexos a esta inicial), tem o custo incompatível com os rendimentos do autor.

Explica-se. O autor necessitará utilizar 690 mg mensais do medicamento objeto da presente demanda. Em pesquisas realizada se constatou que cada caixa do fármaco consta um frasco de 400 mg de bevacizumabe (Avastin) e custa 5.749,00 (cinco mil setecentos e quarenta e nove reais). Assim, cristalino que o custo do sobredito

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

medicamento atinge **importe totalmente incompatível com a realidade financeira do autor.**

Ademais, o requerente postulou o medicamento administrativamente, no entanto, teve seu pleito negado. Ao se dirigir até a Secretaria de Saúde do Município de Itajaí, obteve como resposta que o medicamento deveria ser solicitado junto à Secretaria de Saúde do Estado, através da Unacon, visto que seria da sua responsabilidade o fornecimento de medicamento para tratamento oncológico. No entanto, por meio do relatório expedido pelo Dr. Heldenrson Foletto, médico do Hospital Marieta Konder Bornhausen, consta a informação de que o medicamento em questão não está padronizado pelo Unacon. Ou seja, segundo informações repassadas administrativamente ao autor, não existe a possibilidade de fornecimento gratuito do fármaco.

Salta aos olhos que, conforme consta no questionário médico anexo respondido pelo profissional médico especializada em Oncologia, a consequência do paciente, ora autor desta demanda, não ser submetido ao tratamento indicado é a progressão da doença, inclusive existindo risco de óbito..

Destarte, considerando a omissão do Município de Itajaí e do Estado de Santa Catarina bem como diante da hipossuficiência financeira da parte autora, não restou alternativa senão a propositura da presente ação.

### **3. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

#### **3.1. DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA**

A pertinência subjetiva da lide em seu polo passivo deve-se ao comando da Constituição Federal no sentido de que as ações e serviços públicos da saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único a ser financiado

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

com recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes (artigo 198 da CF/88).

Por sua vez, o Sistema Único de Saúde – SUS, já previsto no art. 198 da CF/88, foi instituído por meio da Lei nº. 8.080/90, a qual tem por objetivo garantir a integridade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitam em qualquer grau de complexidade. Dentre os objetivos do referido sistema, há de se destacar a assistência às pessoas, por meio de ações que visem à promoção, proteção, e, inclusive, recuperação da saúde.

No que tange a responsabilidade solidária de todos os entes da federação, é pacífico o entendimento do E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AGRAVO POR INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER VISANDO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - INSURGÊNCIA EM RAZÃO DO DEFERIMENTO DO PEDIDO DE CHAMAMENTO À LIDE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - DESNECESSIDADE - OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DE TODOS OS ENTES DA FEDERAÇÃO - RECURSO PROVIDO. "Na ambiência de ação movida por pessoa desapercebida de recursos financeiros, buscando o fornecimento de medicação, sendo comum a competência dos entes federados (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) que compõem o SUS - Sistema Único de Saúde e solidária a responsabilidade deles pelo cumprimento da obrigação de velar pela higidez do acionante (art. 23, II e 198, § 1º da Constituição da República), poderá este exigi-la de qualquer dos coobrigados, que, de conseguinte, ostentam legitimidade ad causam para figurar no polo passivo do feito." (Agravado de Instrumento nº 2009.032987-3, de Itajaí, rel. Des. João Henrique Blasi, publ. 26/02/2010) (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2012.055584-9, de Balneário Piçarras, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 23-10-2012). (Grifou-se)

REEXAME NECESSÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO PARA O TRATAMENTO DE DEPRESSÃO E

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

PARALISIA DOS MEMBROS INFERIORES. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INACOLHIMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. QUESTÃO PACIFICADA NA JURISPRUDÊNCIA. MÉRITO. DIREITO À SAÚDE QUE SE SOBREPÕE AOS INTERESSES FINANCEIROS DOS ENTE PÚBLICO DEMANDADO. ASSISTÊNCIA GARANTIDA PELA NORMA CONSTITUCIONAL. IMPRESCINDIBILIDADE DO TRATAMENTO CORROBORADA POR RECEITA MÉDICA FORNECIDA POR MÉDICO VINCULADO AO SUS. SENTENÇA QUE ADEQUADAMENTE FIXOU A NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTRACAUTELA SEMESTRAL. ISENÇÃO DE CUSTAS (LCE N. 156/1997, ARTS. 33 E 35, "H"). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APRECIÇÃO EQUITATIVA. ART. 20, § 4º, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. (TJSC, Reexame Necessário n. 2013.007251-3, de Chapecó, rel. Des. José Volpato de Souza, j. 02-05-2013).

Assim, os três entes federais respondem pela prestação de ações e serviços necessários à promoção, proteção e recuperação da saúde pública. Logo, é inquestionável a legitimidade do Município e do Estado de Santa Catarina para atuarem no polo passivo da presente demanda.

### **3.2. DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE**

De acordo com o art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Um direito social que compõe um núcleo de direitos que são o mínimo necessário a uma vida digna, conforme os arts. 1º e 6º do mesmo diploma.

O direito à saúde também se encontra intimamente vinculado ao direito à vida, assegurado no caput do artigo 5º da Constituição Federal, uma vez que o perecimento da saúde conduz inexoravelmente ao fim da vida.

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 5º garante a inviolabilidade do direito à vida, a todos sem qualquer distinção, resta justificado reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes.

Observe-se ainda que o direito à saúde, bem como o correspondente dever do Estado de provê-la, também encontra apoio nos diplomas internacionais dos quais o Brasil é signatário<sup>1</sup> e que, segundo uma interpretação sistemática do artigo 5º da Constituição Federal, possuem aplicabilidade imediata.

Os Tribunais Superiores reconhecem o direito à saúde como um direito subjetivo e fundamental que é exigível em Juízo, chamado de dimensão positiva (prestacional) do direito ao mínimo existencial, não podendo ser classificado como era outrora, de norma programática.

Dessas constatações, se depreende que o fornecimento adequado de tratamento à saúde é serviço público essencial, devendo compreender todos os meios materiais possíveis e adequados à busca do tratamento de doenças, tudo com a finalidade de preservar e melhorar a saúde da população a fim de se alcançar a dignidade da pessoa humana e a plena fruição dos direitos fundamentais.

No que tange à relação existente entre o direito à saúde e a dignidade da pessoa humana, leciona o mestre Ingo Wolfgang Sarlet, *in* A Eficácia dos Direitos

---

<sup>1</sup> Neste sentido, destacam-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Resolução 217 da Assembléia Geral da ONU em 1948 e da qual o Brasil é signatário, determina, em seu Art. XXV, que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, além de cuidados médicos, bem como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, dotado da coercibilidade que lhe é peculiar, aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo 226, de 12.12.1991 e promulgado pelo Decreto 591, de 06.07.1992, que prevê em seu Artigo 12 que os Estados-partes reconhecem o direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível de saúde física e mental.





*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

Fundamentais, 11ª Ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012, p. 310 e 319/320:

[...] na base dos quatro direitos sociais expressamente consagrados pelo Constituinte, se encontra a necessidade de preservar a própria vida humana, não apenas na condição de mera sobrevivência física do indivíduo (aspecto que assume especial relevância no caso do direito à saúde), mas também de uma sobrevivência que atenda aos mais elementares padrões de dignidade. Não devemos esquecer que a dignidade da pessoa humana, além de constituir um dos princípios fundamentais da nossa ordem constitucional (art. 1º, inc. III, da CF), foi guindada à condição de finalidade precípua da ordem econômica (art. 170, *caput*, da CF). (Grifou-se)

E completa:

[...] uma existência digna abrange mais do que a mera sobrevivência física, situando-se além do limite da pobreza absoluta. Sustenta-se, neste sentido, que se uma vida sem alternativas não corresponde às exigências da dignidade humana, a vida humana não pode ser reduzida à mera existência. [...] a dignidade da pessoa humana apenas estará assegurada ‘quando for possível uma existência que permita a plena fruição dos direitos fundamentais, de modo especial, quando seja possível o pleno desenvolvimento da personalidade’. (Grifou-se)

Além disso, à Administração pública não é dado o poder discricionário de concretizar ou não políticas públicas direcionadas à saúde. Nesse contexto, ainda que a Administração Pública deva se alicerçar por referências atuariais, nada pode obstruir o fim último de comando constitucional, devendo-se ver o direito do cidadão em toda a sua extensão, independentemente dos contornos das políticas públicas e gestão de recursos.

Desse modo, a clássica argumentação da ausência de recursos e da incompetência do Judiciário para decidir sobre a alocação e destinação de recursos

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243





*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

públicos, não pode prevalecer, uma vez que está em jogo a preservação do bem maior da vida humana.

Neste sentido, colhe-se da jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO PARA O TRATAMENTO DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. DIREITO À SAÚDE QUE SE SOBREPÕE AOS INTERESSES FINANCEIROS DO ENTE PÚBLICO DEMANDADO. ASSISTÊNCIA GARANTIDA PELA NORMA CONSTITUCIONAL. PRESCRIÇÃO MÉDICA EMITIDA POR MÉDICO VINCULADO AO SUS. PRESUNÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO PELAS ALTERNATIVAS TERAPÊUTICAS FORNECIDAS NOS PROGRAMAS OFICIAIS. SENTENÇA QUE, INCLUSIVE, CONDICIONOU A ENTREGA À PRESTAÇÃO DE CONTRACAUTELA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E ARBITRAMENTO DE URH'S. NECESSIDADE DE EXCLUSÃO DA SEGUNDA VERBA. CUMULAÇÃO VEDADA PELO ART. 17, I, DA LCE N. 155/1997. APELO DESPROVIDO. REMESSA PARCIALMENTE PROVIDA. (TJSC, Apelação Cível n. 2013.011464-6, de Palhoça, rel. Des. José Volpato de Souza, j. 09-05-2013). (Grifou-se)

APELAÇÃO CÍVEL, RECURSO ADESIVO E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADORA DE ARTRITE REUMATÓIDE GRAVE - CID M05.9. DEVER DO PODER PÚBLICO DE ASSEGURAR O DIREITO FUNDAMENTAL E INDISPONÍVEL À SAÚDE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTS. 6º E 196. NECESSIDADE DE MEDICAMENTO DE USO CONTÍNUO NÃO PADRONIZADO PELO SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA.

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

OBRIGAÇÃO DE FAZER NO SENTIDO DE ASSEGURAR A PROTEÇÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL QUE NÃO PODE SER OBSTADA POR RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. PREVALÊNCIA DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA SOBRE O INTERESSE ECONÔMICO DO ENTE PÚBLICO. CONTRA-CAUTELA CONSISTENTE NA COMPROVAÇÃO, PELA PARTE AUTORA, DE QUE A NECESSIDADE DO FORNECIMENTO PERSISTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ESTIPULADOS EM VALOR ADEQUADO. RECURSOS E REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDOS. (TJSC, Apelação Cível n. 2013.009164-7, de Itajaí, rel. Des. Nelson Schaefer Martins, j. 09-04-2013). (Grifou-se)

Desta forma, sendo a parte autora hipossuficiente financeiramente e havendo a necessidade de medicamento específico, devidamente comprovado por médico especializado, caracterizado está o dever dos réus de atender a garantia constitucional do direito à saúde e à vida.

#### **4. DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**

O autor requer, por oportuno, a concessão dos efeitos da tutela antecipada, uma vez que estão presentes seus requisitos, nos termos do artigo 461, §3º e 273 do Código de Processo Civil: prova inequívoca, verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável.

Com efeito, o *fundado receio de dano irreparável* se apresenta em razão da necessidade do autor em se submeter imediatamente ao tratamento, *sob pena de progressão da doença.*

Corroborando esta cruel perspectiva, registram-se aqui as respostas do médico oncologista, Dr. Heldenrson Foletto, CRM 6320, ao questionário fornecido por esta Defensoria Pública:

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

9. Há risco de morte ou de agravamento do quadro clínico atual?

**“Sim. Progressão da Doença”**

10. Configura urgência?

**“Sim. Doença grave”**

Quanto à *verossimilhança das alegações* da parte autora, a promoção do direito à saúde – e o seu respectivo custeio como obrigação imposta constitucionalmente e legalmente ao Poder Público – restou demonstrado com as razões de direito expostas. Quanto aos fatos alegados, diga-se que a verossimilhança das alegações da parte autora não depende da avaliação pericial do seu quadro clínico.

É que, como sabido, a formação do juízo de verossimilhança necessária ao deferimento da antecipação dos efeitos da tutela prevista no art. 273 do Código de Processo Civil se dá através do exercício de cognição sumária, adotada pelo legislador, segundo Kazuo Watanabe (*in* Da Cognição no Processo Civil, DPJ Editora, 3ª ed., p. 131), quando, “*em razão da urgência e do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, ou para a antecipação do provimento final, nos casos permitidos em lei, ou ainda em virtude de particular disciplina da lei material, faz-se suficiente a cognição superficial para a concessão da tutela reclamada*”. (Grifou-se)

Entendido o verossímil como “*o não suficiente para a declaração da existência ou da inexistência do direito*” (Luiz Guilherme Marioni e Sérgio Cruz Arenhart, *In* Manual do Processo de Conhecimento, Ed. RT, 5ª ed. p. 215) ou como “*o que tem a aparência de ser verdadeiro*” (Piero Calamandrei, apud Kazuo Watanabe, op. cit., p. 147) fica clara a pertinência técnica da cognição sumária para os fins do art. 273 do Código de Processo Civil, já que sua natureza verticalmente limitada mostra-se conveniente para permitir um pronunciamento célere que afaste a urgência adveniente do apontado perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

Nesse passo, a compreensão do que seja a prova inequívoca sobre a qual recai a cognição sumária com vistas à formação do juízo de verossimilhança não se deve impregnar das rígidas exigências da prova – *in casu*, pericial – sobre a qual recai a cognição exauriente com vistas à formação do juízo de certeza.

Dá ser possível ao interessado valer-se a título de prova inequívoca da verossimilhança de suas alegações, como Luiz Guilherme Marioni e Sérgio Cruz Arenhart, “de prova documental, de prova testemunhal ou pericial antecipadamente realizadas e de laudos ou pareceres de especialistas, que poderão substituir, em vista da situação de urgência, a prova pericial. (Op. cit., loc. Cit – Grifou-se).

Duas outras circunstâncias reforçam a autoridade da opinião dos referidos mestres: a) O especialista que elaborou os documentos médicos que instruem a presente é profissional habilitado ao exercício de profissão regulamentada por lei – e fiscalizada por sua autarquia federal – tal como exigido pelo art. 5º, XIII, da Constituição Federal; b) Com efeito, a *ratio* que orientou o constituinte originário ao positivar o direito à liberdade de profissão em norma de eficácia limitada – e não em norma de eficácia plena – foi justamente conciliar a referida liberdade individual com o interesse social de peculiar exigência de boa prática profissional para o desempenho de certas atividades.

Sendo assim, deve ser entendido que médicos legalmente habilitados ao exercício da profissão prescrevem medicamentos cuja segurança e eficácia é ao menos verossímil, já que é exatamente a habilitação que assegura o interesse social de exigência de boa prática médica tal como protegido pela Constituição da República.

Nesse passo, é possível concluir que recusar o caráter de prova inequívoca aos documentos médicos que instruem a presente e exigir dilação probatória para a formação do juízo de verossimilhança necessário ao deferimento da antecipação dos efeitos da tutela acaba por violar o art. 273 do Código de Processo Civil, já que importa em adoção de *cognição exauriente* para situação em que a lei prevê o emprego de cognição sumária.

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

Portanto, verificam-se presentes os pressupostos da *prova inequívoca e da verossimilhança*, consubstanciados nos documentos juntados que demonstram a indispensável necessidade do medicamento para o tratamento do autor.

Nesse norte, decidiu recentemente o E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

Saúde pública. Fornecimento de remédio. Direito constitucional social e fundamental. Tutela antecipada. Suficientemente demonstrados, em análise que a fase permite, os requisitos indispensáveis fixados pela legislação processual civil de regência, pode ser concedida a antecipação dos efeitos da tutela para fornecimento de medicamento essencial ao tratamento de enfermidade grave àquele que não possui condições financeiras para manter a saúde física ou mental. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2012.059344-7, de São João Batista, rel. Des. Sônia Maria Schmitz, j. 16-05-2013). (Grifou-se)

Ademais, em situação envolvendo doença e medicamento similares, manifestou o E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina e manteve a decisão que antecipou os efeitos da tutela:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS - DEGENERACÃO MACULAR - MEDICAMENTO "LUCENTIS (5 AMPOLAS)" E "EXAME OCT" - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS - FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO E VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES - COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E DA IMPOSSIBILIDADE DE CUSTEAR O TRATAMENTO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO.** A lei processual vigente ressalva a concessão da tutela antecipada quando houver perigo de irreversibilidade da medida. Porém, esta condição não pode servir de impedimento à antecipação dos efeitos da tutela, especialmente quando pautada sobre o direito constitucional à vida. Assim, caracterizado o risco à integridade

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

física da parte e a responsabilidade do Estado em prover os meios de acesso à saúde, inexiste óbice à antecipação dos efeitos da tutela, uma vez preenchidos os requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2009.069725-7, de Timbó, rel. Des. Wilson Augusto do Nascimento, j. 20-04-2010). (Grifou-se)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - **PACIENTE COM NEOPLASIA NA PRÓSTATA - COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E DA IMPOSSIBILIDADE DE CUSTEAR A MEDICAÇÃO NECESSÁRIA AO SEU TRATAMENTO - PRESENÇA DOS REQUISITOS INSERTOS NO ART. 273 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CONCESSÃO DA MEDIDA DE URGÊNCIA** - RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2008.028004-2, de Concórdia, rel. Des. Cid Goulart, j. 09-12-2008). (grifou-se)

Com isso, comprova-se a necessidade da aplicação dos efeitos da tutela antecipada.

Diante do exposto, requer-se seja concedida a antecipação dos efeitos da tutela, ante o preenchimento dos requisitos legais para tanto, para que os réus sejam obrigados a fornecer **IMEDIATAMENTE** o seguinte medicamento, na seguinte posologia: **aplicação de Bevacizumab 345 mg diluído em 100 mg de SF 0,9% endovenoso a cada duas semanas**, sob pena de, não o fazendo, ser condenado a multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ou outro valor que entender Vossa Excelência adequado, nos termos do artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo de medidas outras que visem o resultado prático equivalente (art. 461, § 5º, CPC), para a percepção do medicamento. Requer, ainda, caso o Município e o Estado não atendam determinação judicial para a disponibilização e custeio do referido medicamento, que seja realizado o bloqueio de valores dos réus para tal fim.

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243





*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

Por oportuno, vale ressaltar que o bloqueio de valores mostra-se imperioso quando permanece a inércia do Estado face uma ordem judicial. Dessa forma, é possível determinar o bloqueio das contas públicas como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como assegurar o exercício do direito à saúde.

Deve-se atentar para a nova redação dada ao artigo 461, §5º do Código de Processo Civil:

Art 461, §5º. (...) para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

Vale reforçar que, conforme entende a doutrina e jurisprudência de forma pacífica, tal redação não se constitui em *numerus clausus*, ao contrário, enuncia apenas formas exemplificativas que auxiliam o magistrado a dar maior efetividade à tutela concedida, não havendo, por isso, como sustentar afronta ao princípio da separação dos poderes, vez que o que se persegue é tão somente garantir a efetividade das decisões jurisdicionais.

Importante salientar que a Jurisprudência vem se consolidando no sentido de ser perfeitamente possível o bloqueio de valores quando há inércia do ente estatal na prestação dos direitos individuais e sociais fundamentais, por ser este o meio mais eficaz para a realização e efetivação desses direitos.

Nesse sentido, têm-se os seguintes julgados:

AGRAVO. DIREITO À SAÚDE. PEDIDO DE AVALIAÇÃO  
E ENCAMINHAMENTO A TRATAMENTO CONTRA  
DROGADIÇÃO SOB PENA DE BLOQUEIO DE VALORES

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243





*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

NAS CONTAS DO MUNICÍPIO. 1. Consagrando o direito à saúde, de matriz constitucional, não somente é admissível como é recomendável a antecipação de tutela, diante da omissão de poder público em providenciar avaliação e - se necessário - tratamento adequado a drogadito na rede conveniada ao SUS ou, na falta desta, em nosocômio particular. 2. **O bloqueio de valores é medida legalmente prevista que visa a assegurar a tutela específica da obrigação quando o obrigado permanece inerte diante da determinação judicial.** NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (SEGredo DE JUSTIÇA) (Agravado de Instrumento Nº 70014040356, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 12/04/2006). (grifo nosso).

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 182/STJ. CUSTEIO DE MEDICAMENTO. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE.

ART. 461, § 5º, DO CPC.

1. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada" (Súmula n. 182 do STJ).

2. A Constituição Federal excepcionou da exigência do precatório os créditos de natureza alimentícia, entre os quais incluem-se aqueles relacionados à garantia da manutenção da vida, como os decorrentes do fornecimento de medicamentos pelo Estado.

3. **É lícito ao magistrado determinar o bloqueio de valores em contas públicas para garantir o custeio de tratamento médico indispensável, como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde. Nessas situações, a norma contida no art. 461, § 5º, do Código de Processo Civil deve ser interpretada de acordo com esses princípios e normas constitucionais, sendo**

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

**permitida, inclusive, a mitigação da impenhorabilidade dos bens públicos.**

4 - Agravo regimental não-provido.

(AgRg no REsp 795.921/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 14.03.2006, DJ 03.05.2006 p. 189). (grifo nosso).

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTA ESTATAL. CABIMENTO E ADEQUAÇÃO. 1. O fornecimento gratuito de realização do exame postulado constitui responsabilidade do Estado. 2. O bloqueio de valores faz-se necessário quando permanece a inadimplência do Estado.** O objetivo é garantir o célere cumprimento da obrigação de fazer diante da imperiosa necessidade de imediato atendimento da decisão judicial. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento Nº 70012032967, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 28/09/2005). (grifo nosso).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COMINATÓRIA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ALEGADA AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA NO PEDIDO LIMINAR. DESCABIMENTO HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA CARACTERIZADA. POSSIBILIDADE DE SEQUESTRO DE VERBA DO ESTADO-RÉU. PEDIDO DE DILAÇÃO DO PRAZO PARA O FORNECIMENTO DO FÁRMACO REQUERIDO. VIABILIDADE DECISÃO PARCIALMENTE REFORMADA NESTE PONTO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. (...) IV. “Muito mais útil e eficaz do que astreinte, é possível a imposição do bloqueio e/ou sequestro de verbas públicas para garantir o fornecimento de medicamentos pelo Poder Público a portador de doença grave, como medida executiva (coercitiva) para efetivação da tutela, ainda que em caráter excepcional, eis que o legislador deixou ao arbítrio do Juiz a escolha das medidas que melhor se harmonizem às peculiaridades de cada caso concreto (CPC, art. 461, § 5º). Portanto, em caso de comprovada urgência, é

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

possível a aquisição, mediante sequestro de verba pública, de medicamento necessário à manutenção da saúde de pessoa carente de recursos para adquiri-lo, sendo inaplicável o regime especial dos precatórios (CF, art. 100), utilizado nas hipóteses de execução de condenações judiciais contra a Fazenda Pública, pois, na espécie, deve ser privilegiada a proteção do direito à vida e à saúde do paciente” (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2012.077381-8, de rio do Sul, rel. Des. Jaime Ramos, j. 7.2.2013) (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2012.042494-6, de Rio do Sul, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 12-03-2013).

Por conseguinte, o bloqueio de valores pertencentes aos réus é medida que se impõe como necessária para fins de custeio do referido medicamento em prol da parte autora (orçamentos em anexo), uma vez que a mesma não possui condições de arcar com tais custos.

## **5. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA**

A LC nº 80/1994 em seu artigo 4º, inciso XXI dispõe que são funções institucionais da Defensoria Pública:

XXI – executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores; (Incluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

---

### **DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

A mesma regra foi inserta na lei orgânica que criou a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina (Lei Complementar Estadual n. 575/2012).

Portanto, indubitável que a Defensoria Pública faz jus ao recebimento de honorários sucumbenciais.

Entrementes, em 03.03.2010 o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula de nº 421:

Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.

Pois bem. A presente demanda é ajuizada em face do Município de Itajaí e do Estado de Santa Catarina. Em relação ao primeiro não paira qualquer dúvida acerca do dever de, em sendo vencido, pagar honorários sucumbenciais a serem destinados a Fundo da Defensoria Pública que será oportunamente indicado.

É em relação à fixação de honorários em face do segundo que se passa a versar.

*Ab initio*, impende salientar que as inovações legislativas posteriores à edição da Súmula 421, do STJ, não mais impedem a Defensoria Pública de receber honorários, quando vitoriosa em causa contra o próprio Estado de que é integrante.

Primeiro, pela autonomia, trazida pela Reforma do Judiciário, em sua Emenda 45/04, que alterou, no particular, o art. 134, §2º da CF:

§2º: às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, §2º

A ideia de autonomia diz respeito, justamente, a esta especificação no orçamento, de modo que as verbas direcionadas à Defensoria Pública não estejam no mesmo balaio das despesas comuns do Estado.

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

A indicação constitucional, que não deve ser restringida, serve para preservar, diante da importância do objetivo que o legislador reformador assumiu, condições necessárias para a efetivação do acesso à justiça, não mais condicionado estruturas das Defensorias a decisões governamentais de ocasião.

Se os orçamentos são distintos, e se as verbas auferidas têm destinação específica, não há como perpetuar-se a tese da confusão, que norteou a consolidação jurisprudencial.

A autonomia visa distinguir o que a subordinação confundia. Ainda que a pessoa jurídica seja a mesma, no caso o Estado de Santa Catarina, as origens e destinação dos orçamentos são constitucionalmente distintas.

Entender o contrário significaria, primeiro, ignorar a disputa orçamentária que chega a desaguar, não raras vezes, até mesmo em confronto de poderes (demonstrando que a mesma pessoa jurídica tem, por certo, interesses e objetivos distintos, de acordo com as funções institucionais de seus órgãos), e depois subordinar toda a distribuição orçamentária ao crivo do Executivo (ignorando as determinações e limitações que a própria Constituição lhe impõe).

Mas há também mudança legislativa expressa, advinda da Lei Complementar 132/09, que alterou dispositivos da Lei Complementar 80/94, entre eles o art. 4º, XXI linhas acima colacionado.

A execução das verbas de sucumbência, frisa a lei, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos (sem restrições, portanto, com relação à pessoa jurídica de que seja integrante), integra o rol de competências da própria defensoria é dever, não mera faculdade fazê-lo, portanto.

Tenho, assim, que o retrato firmado pela Súmula 421, posto que não acompanhado pela legislação que a sucedeu, mas abarca com precisão a hipótese em comento.

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

Neste sentido tem se consolidado a jurisprudência de diversos tribunais pátrios, o que se extrai dos seguintes julgados, do TJSP e do TJMS, colacionados a título meramente exemplificativo:

AÇÃO ORDINÁRIA Fornecimento de medicamento para tratamento de osteoartrite e nódulo de Herbeden. Alegado direito à vida e à saúde, cabendo ao Estado propiciar o atendimento médico da autora, fornecendo o medicamento prescrito. É necessário que esse direito venha a ser respeitado e implementado pelo Estado, destinatário do comando constitucional. Sentença de procedência. Pretensão de afastamento da condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública. Autonomia constitucional da Defensoria Pública. Verba honorária devida, não se tratando de confusão entre as partes. Multa mantida Recursos não providos” (TJSP, Apelação Cível 0051780-97.2012.8.0053, São Paulo, 7ª Câmara de Direito Público, v.u., 23/06/14, rel. Magalhães Coelho-grifado).

AÇÃO ORDINÁRIA Constitucional. Direito à saúde. Medicamento.

(...)

3-) Tendo em vista, que as rés foram condenadas, solidariamente, a fornecer o aparelho pretendido pelo autor, nada mais justo que sejam ambas condenadas ao pagamento dos honorários advocatícios de seu patrono. Ademais, não convence o argumento de que o patrimônio do Estado e da Defensoria Pública é único, pois a segunda possui autonomia administrativa e financeira. (TJSP, Apelação Cível 0032716-37.2011.8.26.0506, Ribeirão Preto, 3ª Câmara de Direito Público, v.u., 27/08/13, rel. Camargo Pereira).

Tenho que a confusão alegada entre o Estado e a Defensoria Pública não ocorre, a uma, porque a Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, concedeu autonomia funcional à Defensoria Pública, ou seja, ela deixou de ser um órgão auxiliar do governo e se tornou um órgão constitucional independente, vale dizer, sem nenhuma subordinação ao Poder Executivo. Além do que, também recebeu autonomia administrativa e financeira.

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243





*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

Assim, tenho que é perfeitamente possível o Estado de Mato Grosso do Sul ser condenado a pagar honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública, não ocorrendo a mencionada confusão prevista no artigo 381 do Código Civil. (TJMS, Apelação Cível n. 2007.000596-0, 3ª Turma Cível, julgamento em 05.03.2007).

De rigor se observar que, diversamente do que ocorre com advogados públicos, os honorários jamais compõem a remuneração do defensor sendo destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores, portanto, sem qualquer possibilidade de incorporação aos vencimentos, inclusive diante do que dispõe expressamente os arts. 46, III, e art. 130, inciso III, ambos da LC 80/94.

Ademais, não se deve olvidar que a Lei Complementar Estadual n. 575/2012 que foi editada após a Súmula 421 do STJ não excetuou qualquer ente estatal do pagamento das verbas sucumbenciais devidas a Defensoria Pública Estadual. O dispositivo expressamente incluiu a sucumbência devida por quaisquer entes públicos, o que inclui, inclusive, o ente público de que faz parte a Defensoria.

Destarte, ante todos os argumentos delineados o que se requer é que seja fixada verba honorária em favor deste órgão de defesa dos hipossuficientes também em face do Estado de Santa Catarina, em valor a ser calculado nos termos do art. 20§, 4º, do CPC.

## **6. DOS PEDIDOS**

Pelos motivos expostos, estando devidamente comprovada a necessidade dos medicamentos, bem como os danos que sua privação representa para a vida do autor, requer-se:

- a)** a concessão dos benefícios da justiça gratuita;

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243





*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

b) a antecipação de tutela, *inaudita altera parte*, com a expedição de mandado de intimação aos representantes judiciais dos réus, para cumprimento **URGENTE** e **IMEDIATO** da obrigação de fazer que consiste no fornecimento e aplicação do seguinte medicamento e posologia: **aplicação de Bevacizumab (Avastin) 345 mg diluído em 100 mg de SF 0,9% endovenoso a cada duas semanas**. E, para tanto, REQUER, caso não haja cumprimento espontâneo, seja efetuado o **bloqueio mensal** e o subsequente sequestro de valores pertencente aos réus suficientes ao custeio do medicamento supracitado que o autor precisa fazer uso (tendo por referência o orçamento anexo), nos termos do art. 461§5º do CPC.

c) citação dos réus, nos endereços constantes linhas acima, para, querendo, contestarem ao pedido no prazo legal;

d) ao final, seja julgada a ação procedente, para que seja reconhecido o direito da parte autora em receber o medicamento supracitado, condenando os réus na obrigação de fazer consistente em fornecer e aplicar no requerente o seguinte medicamento na seguinte posologia: **Bevacizumab (Avastin) 345 mg diluído em 100 mg de SF 0,9% endovenoso a cada duas semanas**, sob pena de, não o fazendo, serem os réus condenados à multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ou outro valor que entender Vossa Excelência adequado, nos termos do artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo de medidas outras que visem o resultado prático equivalente (art. 461, § 5º, CPC);

e) sejam **ambos os réus (item 5 supra)** condenados ao pagamento dos honorários advocatícios a serem arbitrados por este Juízo em favor do Fundo da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, conforme artigo 4º, XIX, LCE n. 575/2012 e artigo 4º, XXI, da LC 80/1994;

f) tendo em vista os documentos já acostados a esta exordial, a dispensa de realização de prova pericial, nos termos do artigo 427 do Código de Processo Civil, bem como informa não haver testemunhas a arrolar. E caso este juízo entenda ser essencial a

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

produção de prova pericial, requer sejam considerados como quesitos as indagações constantes no questionário médico fornecido por esta Defensoria Pública anexo a esta inicial

Finalmente, nos termos da legislação vigente, requer sejam observadas as prerrogativas da contagem de todos os prazos em dobro e intimação pessoal da Defensoria Pública.

Atribui-se à causa o valor de **R\$ 119.004, 24 (cento e dezenove mil, quatro reais, e vinte e quatro centavos)** – valor este referente ao custo anual do medicamento, conforme prescrito no atestado médico.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Itajaí (SC), 04 de março de 2015.

TIAGO DE OLIVEIRA RUMMLER

DEFENSOR PÚBLICO

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243



*Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina*  
*Núcleo Regional de Itajaí-4º Ofício*

**ROL DE DOCUMENTOS**

1. Declaração de hipossuficiência;
2. Cópia da Cédula de Identidade do autor e cartão do SUS;
3. Declaração de desemprego assinado pela esposa do autor
4. Cópia do comprovante de residência do autor e cópia do demonstrativo da folha de pagamento;
5. Receituário médico;
6. Relatório Médico
7. Cópia do ofício da Secretaria Municipal de Saúde – Negativa da Secretaria Municipal de Saúde;
8. Orçamento do medicamento;
9. Termo de consentimento para quebra de sigilo médico;
10. Questionário médico preenchido pelo médico do autor fornecido pela DPE/SC;

---

**DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ**

Rua Brusque, nº 290- Centro- Itajaí/SC (CEP 88303-000)

Fone: (47) 3398-6243